

A resposta empirista-analógica de Hume ao problema da religião natural

Hume's empiricist-analogical response to the problem of natural religion

Renato de Medeiros Jota

Doutorando, bolsista Capes/CNPq em Filosofia (DFIL) – UFRN

rfraud@ig.com.br

Resumo

Em uma das suas maiores obras, *Diálogos sobre a Religião Natural*, Hume propõe utilizar critérios tão certos e corretos para a religião quanto aqueles encontrados na filosofia natural. Para isso, ele faz uma análise profunda sobre os pressupostos básicos que fundamentam o conhecimento religioso. Conclui que os critérios religiosos, por não serem comprovados pela experiência, nada significam para a fundamentação de uma religião natural. A intenção de Hume em adotar princípios rígidos para a natureza humana que sejam tão certos e corretos quanto os encontrados na filosofia natural implicaria um problema, porque necessariamente nos levaria a perguntar se estes princípios, por serem tão fortes e dogmáticos quanto os encontrados no âmbito religioso, possibilitaram validar argumentos teológicos. A solução encontrada por Hume acha-se nas analogias do pensamento derivadas da experiência constatada por nossos sentidos. Por conseguinte, a presente comunicação tem como objetivo mostrar que, apesar de Hume não admitir o uso tácito do termo "analogia", nos mesmos moldes encontrados na tradição, ele se serve várias vezes da analogia, nos *Diálogos sobre a Religião Natural*, para validar aqueles conhecimentos originados do discurso teológico.

Palavras-chave: Natureza humana. Experiência. Analogia. Religião natural.

Abstract

In one of his greatest works, *Dialogues Concerning Natural Religion*, Hume proposes to apply to religion criteria that are as adequate and sound as those found in natural philosophy. For this purpose, he undertakes a profound analysis of the basic assumptions underlying religious knowledge. He concludes that since religious criteria are not proved by experience, they have no significance for the grounding of a natural religion. His intention in the adoption of such strict principles for human nature seems to entail a problem, as it necessarily leads one to ask whether these principles, which are as strong and dogmatic as those found in the religious realm, would make it possible to validate theological arguments. Hume's solution lies in the analogies of thought derived from the experience perceived by our senses. Thus, this article intends to show that, although Hume does not admit the tacit use of the word "analogy" as it is found in tradition, he uses analogy several times in the *Dialogues Concerning Natural Religion* in order to validate knowledge originated from theological discourse.

Keywords: Human nature. Experience. Analogy. Natural religion.

Introdução

Uma das questões que despertaram o interesse de Hume para os fundamentos que abalizam os pressupostos teológicos é o uso da razão como método justificável para toda e qualquer inferência que enseje o estabelecimento de uma moral e do conhecimento a respeito de todos os predicados religiosos. Pois, como constata Hume, os critérios estabelecidos pela mera razão são falhos e irregulares, porque carecem de uma justificativa experimentalmente aceita, observada nos objetos naturais que sejam capazes de validar seus critérios. De fato, a razão por si mesma não pode servir de critério válido sem incorrer em contradição, pois não podemos justificar argumentos racionais utilizando para isso a razão.

Deste modo, chegamos a concluir que Hume constata não haver como argumentos racionais serem um caminho válido para justificar tanto uma moral quanto um conhecimento teológico. Então, o que nos resta fazer para salvaguardar os postulados teológicos e resguardar a religião do completo ateísmo? A solução vislumbrada por Hume a respeito da justificação teológico-metafísica da religião é negativa, porque a razão tornou-se antiquada para explicar a sua validade como conhecimento capaz de verificação. Assim, o que seria ideal, na concepção de Hume, para que possamos estabelecer um critério válido para a religião sobre bases tão firmes e duradouras quanto as encontradas na filosofia natural? A resposta está no método empírico e na utilização da analogia para fundamentar os seus pressupostos. Diante de tal solução de Hume, objetivamos, neste texto, mostrar em que medida ele procura adequar sua posição empirista com a posição teológica em sua obra *Diálogos sobre a Religião Natural*. Lembramos, contudo, que o filósofo escocês não leva em consideração alguns dos fundamentos considerados basilares da religião, como, por exemplo, a imortalidade da alma, a questão do milagre e da providência divina de um estado vindouro. Por conseguinte, faz-se necessário, para uma melhor interpretação sobre a posição de Hume e o seu entendimento da fundamentação teológica, passarmos a investigar quais são os limites de sua solução e se o autor escocês, em vez de salvaguardar a religião, não contribuiu sobremaneira para acentuar a fragilidade de suas postulações.

Consequentemente, para um maior efeito propedêutico, decidimos dividir este trabalho em quatro pontos. Primeiramente, procuramos mostrar por que a razão não serve de fundamento último para a validação teológica da religião. Em segundo, desejamos mostrar que o empirismo assim como o pensamento analógico surgem como possíveis soluções de Hume para os argumentos teológicos. Por conseguinte, em terceiro lugar, objetivamos mostrar que, mesmo com o apoio da experiência e da analogia, os argumentos teológicos perdem sua funcionalidade na medida em que não encontramos no mundo natural critérios certos e indubitáveis capazes de validar a maioria de seus pressupostos. Por fim, em quarto lugar, devemos estabelecer que a consideração teológica de Hume, tendo a experiência e analogia como subsídios de sua fundamentação, é uma solução parcial porque depende inteiramente das paixões e crenças do homem, o que se constata ser um fundamento muito pouco seguro e questionável. Assim, a

religião termina por ser mais fruto de um antropomorfismo do que realmente ter sua origem na divindade.

1 A crise teológico-metafísica na fundamentação racional

Diversos comentadores e estudiosos da filosofia de Hume, como, por exemplo, Mendonça (2003, p. 88), Angela M. Coventry (2009, p. 185), Stroud (2000, p. 172), P. F. Strawson (2008, p. 22) e Monteiro (2009, p. 190), apontam para a insuficiência de critérios estáveis e duradouros dos argumentos racionais que possam viabilizar a posição metafísica como conhecimento certo e confiável, capaz de servir de pedra de toque para as postulações que tenham fins teológicos, morais ou políticos. De fato, os comentadores da filosofia de Hume são unânimes a esse respeito. A razão, em grande parte, deixou de ser a verdade hegemônica e indubitável da modernidade, principalmente, no início do século XVII, passando, desde então, a ser questionada e até mesmo atacada em seus fundamentos ao se pôr em questão seus critérios de verdade. Talvez o que tenha contribuído para isso foi o surgimento do método empírico através da filosofia natural, estabelecida a partir de Newton. Diferentemente da razão, que tem como instrumento de análise, apenas, o recurso lógico dedutivo do raciocínio, o empirismo pauta todo o seu conhecimento na experiência e na observação da regularidade constante dos objetos. Isso não quer dizer que seu conhecimento seja destituído no todo do uso da razão, mas somente a utiliza como auxiliar para aqueles raciocínios experimentalmente constatados pela observação. Todavia, vale salientar que o empirismo de Hume em seus pressupostos sofre a influência de seu ceticismo no sentido de servir de alerta contra a tendência ao dogmatismo em relação ao conhecimento. Assim, de modo algum devemos esperar do empirismo que este venha a servir como um auxiliar para as postulações metafísicas. Antes, porém, a experiência é o método que deve ser usado para refutá-las. Deste modo, o método empírico deve ser entendido como uma resposta do ceticismo emergente na modernidade, que se instaurou em todos os meios de conhecimento, sejam eles filosóficos, teológicos, políticos ou morais, conduzindo-os para uma melhor fundamentação de suas teorias sobre bases mais seguras e capazes de verificar seus pressupostos.

Neste momento a religião passou a ser um dos principais alvos de ataques, principalmente pelos céticos. Porque a religião além de herdar todo o jargão escolástico metafísico da tradição judaico-cristã, passou a postular uma única via de conhecimento, a saber, a da escritura sagrada. Hume, constatando o absurdo da tradição filosófica que objetivava fundamentar o conhecimento em leis tão frouxas e irregulares quanto as de base teológica, procurou critérios mais firmes e seguros para o conhecimento, ao mesmo tempo em que lançou um ataque a toda a pretensão dogmática da metafísica. Para isso, procurou a única forma de filosofia que se afastasse de toda e qualquer pretensão de verdade e de dogma, encontrando, assim, no ceticismo moderado um antídoto a toda argumentação metafísica. Por conseguinte, em decorrência também de sua adoção da filosofia natural, Hume observou que só podemos confiar naqueles conhecimentos que consigamos experimentar. Todavia, até mesmo a filosofia natural tem seus limites, assim como a

metafísica se mostra insuficiente para o conhecimento filosófico. E, sem dúvida, Hume está convicto quanto aos limites tanto da razão quanto de nossa experiência, principalmente quando diz:

Contentar-me-ei, nessa seção, com uma tarefa fácil, buscando dar apenas uma resposta negativa à questão aqui proposta. Afirmo, portanto, que, mesmo após termos experiência das operações de causa e efeito, as conclusões que retiramos dessa experiência *não* estão baseadas no raciocínio ou em qualquer processo do entendimento. Devemos agora esforçar-nos para explicar e defender essa resposta (IEH 2, 4, 15; p. 62).

A religião, por sua vez, defende determinados preceitos que para Hume eram absurdos porque não tinham o apoio da experiência e não eram passíveis de prova, como, por exemplo, os milagres, a imortalidade da alma e a providência divina de um estado vindouro. Todos estes objetos da teologia seriam, do ponto de vista de Hume, não passíveis de serem verificados e constatados pela experiência sensível. Consequentemente, podemos deduzir, como admite Hume, que não é sem razão que toda a escolástica e a metafísica tenham prolongado seus erros ao pautar seu conhecimento através de mecanismos puramente racionais sem levar em consideração que suas bases eram insuficientes e carentes do testemunho da experiência e dos sentidos.

Nas *Investigações* de Hume, estas considerações são bem claras, principalmente quanto aos limites da razão para explicar determinados acontecimentos, como os milagres, por exemplo, que são destituídos de qualquer critério de prova e experimento capaz de validá-lo. Ora isto, se torna evidente quando Hume constata que

[d]eve existir, portanto, uma experiência uniforme contra cada acontecimento milagroso, caso contrário ele não mereceria essa denominação. E como uma experiência uniforme equivale a uma prova, temos aqui uma *prova* direta e cabal contra a existência de qualquer milagre, pela própria natureza do fato; e uma prova como essa não pode ser destruída, nem o milagre tornar-se digno de crédito, a não ser por efeito de uma prova oposta que seja superior à primeira (IEH 1, 10, 12; p. 160).

Decorre disso que os argumentos metafísicos são derivados da crença e da imaginação, sendo responsáveis pela admissão do milagre como uma verdade ontologicamente aceita, mesmo que este evento não encontre nenhum apoio no mundo natural que sirva de prova substancial capaz de testemunhar a seu favor. Somos levados, assim, por nossas crenças, a acreditar na verdade e veracidade do ocorrido sem termos nenhuma experiência ou prova de sua efetivação. Ora, em sua filosofia Hume constata que não podemos derivar nenhum conhecimento justificável sobre fatos milagrosos só porque eles fogem de qualquer tentativa de regularidade ou sucessão em nosso pensamento, impossibilitando-nos, assim, de vivenciarmos sua realização e justificação empírica em nosso pensamento. Por conseguinte, partindo-se desta conclusão de que a razão não se mostra suficiente para estabelecer conhecimentos certos e confiáveis, passíveis de serem verificados pela experiência e pelos sentidos, o que pode, então, defender os pressupostos da religião natural de um ataque cético ou ateu em seus critérios de validade?

2 A salvaguarda empirista-analógica dos argumentos teológicos da religião natural

De fato, torna-se muito difícil estabelecer um lugar seguro para os argumentos metafísicos, principalmente, relativos à religião natural. Aliás, este termo, dito natural da religião, torna-se a única solução possível capaz de sustentar alguns fundamentos religiosos, na concepção de Hume. Explico: podemos observar que Hume segue nitidamente os estatutos de conhecimentos derivados das postulações da filosofia natural. Por conseguinte, sua intenção de estabelecer conhecimentos precisos e passíveis de verificação sobre a natureza humana se torna seu objetivo maior. Por isso, deduz-se que a filosofia, a moral, a história e a religião devem possuir, em seus fundamentos, critérios passíveis de serem verificados pela observação e constatados pela experiência semelhantes à filosofia natural. E isso é tão certo no pensamento de Hume que ele postula esta opinião através de Filon, nos *Diálogos sobre a Religião Natural*, quando diz “Mas, sem dúvida que quando homens sensatos tratam destes assuntos, a questão nunca pode ser acerca da *existência*, mas apenas acerca da *natureza*” (D, 2, p. 27). De fato, este comentário de Hume através de Filon nos faz pensar sobre a questão da validade e das dúvidas levantadas a respeito da limitação do conhecimento humano quanto a assuntos religiosos. E nos fazem pensar sobre por que esta limitação se encontra restrita à natureza humana, já que não dispomos de nenhuma forma de chegar a uma prova satisfatória que valide e fundamente nossa crença nos postulados de conhecimento dito religioso que vão além da concepção humana. Desta forma, podemos concluir que a única forma de obtermos alguma prova satisfatória a respeito das afirmações de determinado fenômeno e crença religiosa é a partir do único objeto passível de exame e observação, a saber, o homem. Decorre disso, então, que poderíamos dizer que Hume está querendo afirmar que a religião natural deriva seus pressupostos de um antropomorfismo restrito? Talvez, se considerarmos que seria conveniente e até possível esta leitura, principalmente quando encontramos nos *Diálogos Sobre a Religião Natural* passagens que dão subsídios a se pensar isso, como, por exemplo, na seguinte observação de Cleantes:

Por consequência, uma vez que os efeitos são semelhantes, somos levados a inferir, por todas as regras da analogia, que as causas também são semelhantes e que o Autor da natureza é um pouco similar à mente humana, embora dotado de faculdades muito mais vastas, proporcionais à grandeza da obra que executou. Por este argumento *a posteriori* e apenas por este argumento, provamos ao mesmo tempo a existência de uma Deidade e a sua semelhança com uma mente e uma inteligência humanas (D, 2; p. 29).

Entretanto, não devemos incorrer no erro (como fazem os dogmáticos metafísicos) de restringir a análise humana dos predicados religiosos tão somente a seu aspecto antropomórfico. Segue-se que Hume necessita de algo mais, além da experiência, para fundamentar sua teoria epistemológica a respeito da religião natural, que não incorra na postulação de que seus conhecimentos se derivam apenas da pura subjetividade humana.

Derivamos desta constatação que, para Hume, a experiência serve perfeitamente como critério confiável para o conhecimento das causas psicológicas de nossas ações, principalmente aquelas que envolvem nossas emoções e paixões, como a moral e a religião. Entretanto, como constata o filósofo escocês, devido os critérios de conhecimento da natureza humana variarem conforme suas emoções se encontrem naquele momento, torna-se difícil estipular um julgamento regular sobre suas ações, principalmente no domínio moral. O que dizer então dos critérios adotados no âmbito puramente religioso? Ora Hume observa que, mesmo com toda a variação das paixões humanas, podemos estabelecer critérios regulares e verificáveis desde que para isso nos valhamos da experiência e do uso de um segundo princípio, não explícito na filosofia de Hume como os encontrados em filósofos como Kant, a saber, o princípio analógico. Vale, neste ponto, levantar-se a questão se existe uma utilização tácita do princípio analógico, por parte de Hume, semelhante ao modo em que Kant entende a analogia, para abalar sua filosofia da natureza humana? De fato, encontramos em muitas passagens das obras de Hume a menção do termo "analogia", principalmente em suas três obras: *Diálogos sobre a Religião Natural*, *Tratado da Natureza Humana* e algumas passagens das *Investigações sobre a Natureza Humana* que corroboram este entendimento sobre a existência do pensamento analógico na filosofia de Hume.

Todavia, responder esta questão não é nossa pretensão aqui. Satisfazemo-nos por ora, apenas, em mostrar a estreita relação que a analogia possui com o empirismo de Hume. Sabemos que o empirismo tem como base a experiência constatada pelos sentidos e pela observação através da semelhança existente entre os objetos. Deduz-se que, por depender fundamentalmente dos fenômenos e dos objetos físicos, a experiência pareceria distanciar-se de assuntos que exijam algum recurso a raciocínios metafísicos que vão além dos objetos, como os argumentos religiosos que têm como base o aspecto puramente racional. De fato, a experiência tem suas limitações, como, por exemplo, no que concerne a existir, dentro de seus preceitos, o recurso aos sentidos, que, algumas vezes, se mostram instáveis e irregulares. Todavia, apesar de Hume constatar esta limitação da experiência, o autor escocês, ao direcionar sua investigação para os mecanismos constituintes da Religião Natural, utiliza-se não somente da experiência, mas igualmente do pensamento analógico, que se constitui, embora o autor não o admita, sua possível solução para as limitações empíricas. A analogia, pensa Hume, mostra-se como o único recurso que vem como apoio para a experiência e surge quando objetos semelhantes são constantemente verificados por nossos aparelhos cognitivos através da constância com que aparecem à nossa percepção. Por conseguinte, constatamos essa noção humiana quando se conclui que

[a] experiência, por consequência, prova que existe um princípio original de ordem na mente, mas não na matéria. De efeitos semelhantes inferimos causas semelhantes. A adaptação dos meios aos fins é idêntica no universo e numa máquina de invenção humana. As causas, por consequência, têm de ser semelhantes (D, 2, p. 34).

O recurso analógico, utilizado por Hume, tem como finalidade principal a harmonização entre o plano psicológico e o plano físico, que são eventos díspares entre si e parecem ser

experimentalmente irreconciliáveis no plano da religião natural. Não obstante, Hume utiliza-se do recurso analógico para fundamentar suas investigações sobre a natureza religiosa. Deste modo, a solução para restabelecer a união tanto no plano físico quanto no plano mental, já que o método empírico mostra-se limitado para assuntos teológicos, está na adoção da analogia como fundamento para as argumentações sobre a religião natural. Assim, só podemos derivar algum conhecimento sobre a religião natural na medida em que os objetos do conhecimento, por sua semelhança, são submetidos à análise empírica de seus fundamentos e, assim, inferirmos algum conhecimento de seus pressupostos. Este recurso ao pensamento analógico utilizado por Hume, para “harmonizar” os conhecimentos obtidos tanto por vias mentais como por vias físicas, não é novo, e o próprio Hume retomou a utilização do termo da escolástica para justificar os limites impostos pela experiência à sua lógica. De fato, para Hume poder fundamentar sobre bases sólidas seus raciocínios empíricos a respeito da religião natural, necessita recorrer indubitavelmente ao uso da analogia. Mas esta tentativa de utilizar os dois métodos, a saber, o empírico e o analógico, para fundamentar uma teoria palatável sobre a religião natural, que consiga estabelecer bases tão seguras e certas quanto as encontradas na filosofia natural, é suficiente para assegurar a certeza de seu conhecimento?

3 Os limites da experiência e da analogia

Sem dúvida, a solução de Hume, se podemos considerá-la uma solução satisfatória, parece ser mais uma confirmação da crítica negativa (via ceticismo) do filósofo escocês sobre a tradição escolástica e seus pressupostos sobre a religião natural do que propriamente constituir-se uma solução para os argumentos metafísicos existentes na teologia. Não há como, pelo método empírico de Hume, salvaguardar todos os argumentos teológicos existentes na religião natural. A utilização do método analógico não é capaz de harmonizar o plano físico com o plano mental sem incorrer em um salto lógico irreconciliável entre mundo material e mundo espiritual. Decorre disso que somente somos capazes de postular algum conhecimento confiável através da probabilidade da sucessão existente nos objetos do conhecimento; fora isso só existem sofismas e conjecturas, as mais diversas, incapazes de solucionar o problema.

Mas por que, então, Hume não adere ao ateísmo e expõe seu ceticismo quanto à existência justificativa dos argumentos teológicos ou mostra a completa incoerência dos preceitos religiosos diante de sua ineficácia em encontrar um ponto de apoio nos objetos físicos capaz de sustentar os seus pressupostos? Ora, para Hume, toda a fonte de conhecimento naturalmente aceita deriva-se de princípios experimentalmente constatados e comprovados em relação com os fenômenos. Os princípios metafísicos que sustentam as disposições religiosas não encontram ressonância nos objetos experimentalmente constatados, porque sua origem decorre apenas das formulações mentais que não encontram apoio no mundo físico. Por conseguinte, o uso da analogia, como dito acima, tem a função de relacionar os dados mentais e os dados materiais. Entretanto, por que Hume procura se enganar se ele próprio não acredita que

possamos chegar a salvar os pressupostos religiosos, pelo menos não a maioria dos argumentos teológicos? Pois, como constatamos, nós só podemos estabelecer algum conhecimento por meio da semelhança existente nos objetos; portanto, podemos entender que Hume tem como propósito dizer que

[s]e a razão (quero dizer a razão abstracta, derivada de investigações *a posteriori*) não for igualmente muda a respeito de todas as questões sobre causas e efeitos arriscar-se-á pelo menos a proferir a seguinte afirmação: que um mundo mental ou um universo de ideias requer uma causa tanto quanto um mundo material ou um universo de objectos; e se forem semelhantes no seu arranjo devem requerer uma causa semelhante. Pois, o que existe neste assunto que deva originar uma conclusão ou uma inferência diferente? De um ponto de vista abstracto, eles são completamente idênticos e qualquer dificuldade que acompanhe uma das soluções é comum a ambas (D ,4; p. 52).

Mas se pensarmos que Hume tem como base, para fundamentar toda a natureza humana, os seus três princípios de conhecimento, a saber, semelhança, contiguidade no tempo e espaço e causalidade, deve-se imaginar que os critérios utilizados para a religião natural devam seguir preceitos parecidos. E de fato constatamos isso, pois, como todo o conhecimento, para Hume, se baseia nestes três princípios, a religião deve segui-los necessariamente. Contudo, para que se efetive a utilização dos princípios associativos, necessita-se encontrar uma solução para o problema empírico e para a analogia, quanto à sua incapacidade de estabelecer uma ponte entre o mundo mental e o mundo material. A solução para isso só se torna viável mediante partir-se de algo físico, como o homem, por exemplo, via percepção, e seguir com nossas inferências no plano mental. Decorre daí, portanto, a nossa suspeita de que exista uma possibilidade de uma análise antropomórfica na filosofia de Hume.

Não obstante, nossa intenção não é enveredar por uma investigação que pressuponha a existência ou não de um viés antropomórfico na filosofia de Hume. Antes, porém, procuramos apenas explicitar que esta interpretação pode ser feita; afinal, a busca de Hume não é a de fundamentar uma investigação sobre a natureza humana? Mas faz-se necessário mostrar que a única forma de podermos derivar algum conhecimento que não descaminhe para as argumentações metafísicas da razão é relacioná-lo com um ponto físico, como o homem. Deste modo, Hume justificaria indiretamente a possibilidade de derivarmos algum conhecimento certo e comprovável sobre os fundamentos da religião natural. Tendo assim procedido, Hume teria solucionado, parcialmente, o problema dos critérios de fundamentação para uma religião natural. Mas continuaria a apontar que, para podermos derivar algum conhecimento justificável, teríamos que retirar tudo aquilo que impedisse a comprovação, por meio da experiência e analogia, dos fundamentos religiosos.

4 A solução parcial do método empírico-analógico de Hume

Por conseguinte, devemos nos lembrar que, apesar da solução empirista-analógica de Hume para a fundamentação de uma religião natural ser capaz de justificar os critérios de conhecimento religioso, fazendo, com isso, uma filtragem de seus pressupostos, os argumentos

religiosos resistem mais por seu caráter analógico-empirista do que puramente pela utilização da razão. De fato, Hume teve que apoiar seu método empirista-analógico naquilo que é mais próximo da experiência, que é o mundo natural, no qual o homem está inserido; por isso, ela torna-se uma solução bastante pertinente para os raciocínios que tenham a analogia e experiência como fundamento, e Hume observa que esta seria a única solução possível capaz de salvar os pressupostos religiosos do total descrédito.

Portanto, Hume pensa que se deve eliminar tudo aquilo para o qual, mediante a concepção ou representação de uma ideia, não se consiga arranjar uma impressão correspondente que valide seus critérios de conhecimento. Daí decorre a depuração da religião de alguns assuntos polêmicos em relação aos quais não se consegue obter apoio para sua existência através da experiência. Exemplos destes assuntos são aqueles mostrados acima, como, por exemplo, os milagres, a questão da ressurreição e a providência divina de um estado vindouro. Todos estes casos devem ser eliminados dos fundamentos da religião natural para que sejamos capazes de estabelecer um conhecimento certo e verificável capaz de sustentar todo o aparato teológico da religião. Por conseguinte, podemos estabelecer um claro delineamento do pensamento de Hume, em relação aos fundamentos teológicos, ao defender o método empírico, que passa a apoiar com mais firmeza nossas crenças a respeito das bases que constituem o pensamento religioso. Deste modo, Hume mostra-se convicto sobre este ponto em particular, quando o expõe nos *Diálogos sobre a Religião Natural* através da seguinte observação do personagem Cleantes:

Em todos os casos que já vimos, as ideias são copiadas dos objectos reais e são éctipas, não arquétipas, para me expressar em termos eruditos. Vós inverteis esta ordem e dais a precedência ao pensamento. Em todos os casos que já vimos, o pensamento não tem qualquer influência sobre a matéria, excepto onde essa matéria lhe está de tal maneira unida que tem sobre ele uma influência recíproca igual (D, 8; p. 88).

O princípio da cópia, então, serve de instrumento fundamental para postularmos, com certa segurança, nossas inferências e juízos sobre qualquer âmbito de conhecimento. E os fundamentos religiosos necessitam, no modo de ver de Hume, bases tão certas e seguras como os propiciados no princípio da cópia. Destarte, a maioria de nossos juízos e crenças pode nos servir com segurança proporcionando conhecimento certo e verificável, longe de qualquer credence e fanatismo originado da superstição e do delírio sem limites. Deste modo, Hume estabelece, através do princípio causal, uma nova definição para a crença religiosa, antes vinculada a fenômenos metafísicos que só poderiam existir no plano mental sem poder haver nada no plano objetivo que validasse sua existência.

Decorre daí que a solução empírico-analógica tem seus limites, mas, como Hume o sabe, este método é o único que consegue estabelecer algum critério válido que nos permita, pelo menos, estabelecer um conhecimento verificável capaz de ligar o mundo mental com o mundo físico. E, desta forma, faz-se possível adquirirmos algum conhecimento com certo grau de confiabilidade.

Considerações finais

Podemos finalizar ratificando que o método empírico de Hume e o seu método analógico são fundamentais para a sua concepção de ciência da natureza humana; pois são responsáveis por guiar e afastar todo jargão metafísico que não tenha bases puramente experimentais daqueles conhecimentos que exigem certo grau de exatidão e de prova. Daí decorre que, através da análise causal de Hume, somos levados a aproximar seu método empírico daqueles princípios ditos metafísicos que se mostram distantes de qualquer prova ou verificação. Baseando-se no princípio de causa e efeito, Hume observa que, no mundo natural, assim como no mundo mental, seguimos princípios destes tipos, e, portanto, tudo que seja ligado ao humano pode ser enquadrado ao plano físico. E, de fato, temos necessariamente de promover uma análise deste tipo de conhecimento através da analogia, para dar uma substancial fundamentação àqueles conhecimentos que têm fundamentos meramente teóricos.

Assim podemos perguntar como conclusão, com certa parcimônia, se, ao procurar moldar a religião aos mesmos parâmetros encontrados na natureza humana, o filósofo escocês não nos levaria a entender que a religião deveria ser interpretada pelo viés antropológico? Nada nos impede de pensarmos no uso do termo "antropologia" para os fundamentos de uma religião natural, pois, investigando detidamente os textos em que Hume aborda o tema, podemos entender que o uso da analogia e da experiência vem justamente para apoiar uma visão antropológica de Hume a respeito da religião e, assim, torná-la palatável para a fundamentação de uma ciência do homem.

Referências

- CONVENTRY, Angela M. 2009. *Compreender Hume*. Tradução: Hélio Magri Filho. Petrópolis, RJ, Vozes, 223 p.
- HUME, David. 2005. *Diálogos sobre a religião natural*. Tradução: Álvaro Nunes. Lisboa, Edições 70, 158 p.
- HUME, David. 2004. *Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral*. Tradução: José Oscar de Almeida Marques. São Paulo, UNESP, 438 p.
- MENDONÇA, Maria Magdalena Cunha de. 2003. *O problema do eu no ceticismo de David Hume*. São Cristóvão, UFS, 170 p.
- MONTEIRO, João Paulo. 2009. *Hume e a epistemologia*. São Paulo, UNESP, 227 p.
- POPKIN, Richard. 2000. *História do ceticismo: de Erasmo a Spinoza*. Tradução: Danilo Marcondes de Souza Filho. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 382 p.
- SALMON, Wesley C. 1978. *Lógica*. Tradução: Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. Rio de Janeiro, Zahar, 139 p.
- STRAWSON, P.F. 2008. *Ceticismo e naturalismo*. Tradução: Jaimir Conte. São Leopoldo, RS, Unisinos, 114 p.
- STROUD, Barry. 2000. *Hume*. New York, Routledge, 277 p.